



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Navegantes - SC**

**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)**

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

| | |
|--------------------------|---|
| Entidade: | NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES |
| CNPJ: | 83.551.531/0001-08 |
| Endereço: | Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 |
| Telefone: | (47) 3342-1818 |
| E-mail: | camara.munip@terra.com.br |
| Sítio Eletrônico: | http://www.cvnavegantes.sc.gov.br/ |

b) Rol dos Responsáveis:

| Responsáveis | Nome | CPF | Cargo/Função | Período de gestão | Ato Nominação e data | Ato Exoneração e data | Endereço Residencial | e-mail |
|--------------|------------------------|----------------|--|-------------------|----------------------|-----------------------|---|---------------------|
| Presidente | SAMUEL VIANEI PAGANELI | 520.361.039-87 | Presidente da Câmara Municipal de Vereadores | 01/01/2017 | 31/12/2017 | | Rua Vereador Nereu Liberato Nunes, 615 – Centro – Navegantes/SC | samuel.vp@gmail.com |

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

Estrutura Organizacional com base na Lei Complementar 256/2015 e 283/2016.

A estrutura de apoio técnico e administrativo dos departamentos da Câmara Municipal compreende:

I - Direção Superior: formado pela Mesa Diretora, e, administrado pela Presidência da Câmara de Vereadores, nos termos do Regimento Interno, formado:

- a) Mesa Diretora;
- b) Gabinete da Presidência;
- b.1) Assessoria da Presidência.

II - Departamentos de Direção:

- a) Diretoria Administrativa:
 - a.1 - Coordenadoria Financeira;
 - a.2 - Coordenadoria de Patrimônio e Ouvidoria;
 - a.3 - Assessoria de Comunicação Social
- b) Procuradoria Geral;
- c) Controladoria Interna.

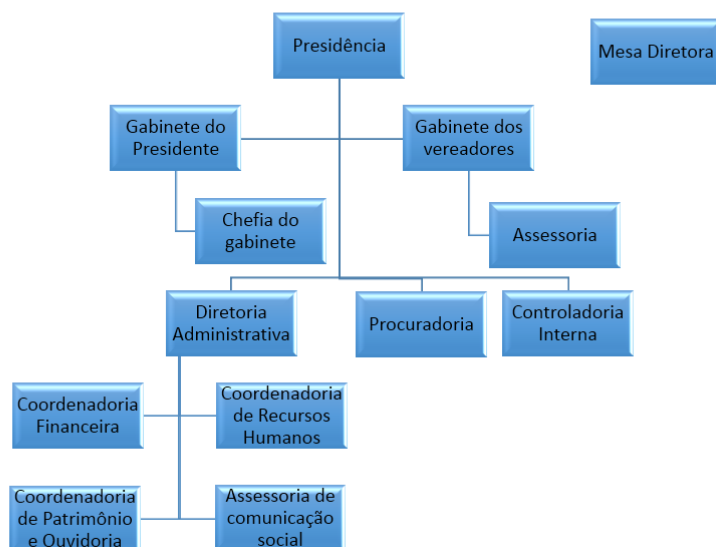
III - Agentes Políticos:

a) Gabinetes dos Vereadores.

a.1 - Assessorias dos Vereadores.

Anexo VI – Lei Complementar 256 de 23 de setembro de 2015

Organograma da Câmara Municipal de Navegantes



d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes.

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município, cabe à Câmara Municipal de Vereadores (art. 27):

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de receitas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;
- III - fixação e modificação dos efetivos da guarda municipal;
- IV - planos e programas municipais, distritais e secretarias de desenvolvimento;
- V - transferência temporária da sede do Governo Municipal;
- VI - organização administrativa e respectivas reformas;
- VII - criação transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;
- VIII - aquisição, administração, alienação, arrecadamento e cessão de bens imóveis do Município;
- IX - prestação de garantia, pelo Município, em operação de crédito a seu favor ou a seus órgãos da administração direta, indireta, ou fundação instituída pela municipalidade;
- X - criação, incorporação, fusão e desmembramento de distritos;
- XI - procedimentos em matéria fiscal da competência do Município;
- XII - proteção, recuperação e incentivo à preservação do meio ambiente, respeitadas as legislações estadual e federal;
- XIII - disciplinamento das áreas urbanas do Município;
- XIV - conceder títulos honoríficos e homenagear pessoas.

São ainda competências privativas da Câmara Municipal de Vereadores (art.28):

- I - eleger sua mesa;
- II - emendar esta Lei Orgânica;

III - autorizar referendo e convocar plebiscito, mediante solicitação subscrita por no mínimo dois terços de seus membros;

IV - resolver sobre acordos ou atos intermunicipais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

V - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos, e:

a) conhecer de suas renúncias;

b) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para interromper o exercício de suas funções;

c) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para se ausentarem do País, e do Município para dentro do País quando a ausência exceder a quinze dias.

VI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VII - mudar temporariamente sua sede;

VIII - Fixar subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõe a Constituição Federal nos arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016)

IX - apreciar e julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito, inclusive os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XI - fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos da administração direta e indireta do Município;

XII - manter uma comissão de fiscalização dos gastos públicos, com amplos poderes de controle e vistoria, conforme o estabelecido em lei;

XIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face das atribuições normativas do Poder Executivo;

XIV - suspender, no todo ou em parte, a execução de lei municipal declarada ilegal ou inconstitucional por decisão do Tribunal de Justiça do Estado;

XV - solicitar, quando couber, intervenção estadual no Município;

XVI - pronunciar-se sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas do território municipal, quando solicitado pela Assembleia Legislativa, a quem de direito;

XVII - promover, na forma da lei federal, ou por deliberação da maioria absoluta dos membros, a instauração de processo contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e funcionários do primeiro escalão do governo do Município, decretando a perda do mandato e/ou cargos, na forma da lei;

XVIII - proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal quando não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura anual da sessão legislativa;

XIX - elaborar o seu Regimento Interno;

XX - dispor sobre sua organização, funcionamento criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação das respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXI - conceder licença aos Vereadores;

XXII - votar propostas de emendas à Constituição Estadual.

XXIII - Fixar o subsídio dos Vereadores, o qual será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos nesta Lei Orgânica e os limites máximos dados pela Emenda Constitucional nº 25 de 2000. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016).

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

| Programas e ações | | Previsão | | Execução | | Diferenças | | | |
|-------------------|----------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|-------------------|--------|
| Cód | Programa | Física | Financeira | Física | Financeira | Física | | Financeira | |
| | | | | | | Nominal | % | Nominal | % |
| 01.01.01.031.0001 | Processo Legislativo | Não mensurado | 4.531.637,42 | Não mensurado | 3.811.272,13 | Não mensurado | Não mensurado | 720.365,29 | 15,90% |
| | | Não mensurado | 4.531.637,42 | Não mensurado | 3.811.272,13 | Não mensurado | Não mensurado | 720.365,29 | |

3 - Contingenciamento de despesas no exercício:

| Decreto nº | Despesa | Razões | Efeitos/Consequências |
|------------|---------|--------|-----------------------|
| | | | |
| | | | |

Obs.: não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2017.

4 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

| Despesa reconhecida sem orçamento | Valores | Motivos do reconhecimento |
|-----------------------------------|---------|---------------------------|
| | | |
| | | |

Obs.: não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício de 2017.

5 - As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

a) Restos a Pagar Processados

Obs.: Não existe saldo de restos a pagar processados por mais de um exercício financeiro na entidade.

b) Restos a Pagar Não Processados

Obs.: Não existe saldo de restos a pagar não processados por mais de um exercício financeiro na entidade.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

| TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV) | | | |
|---|---|--|----------------------------|
| Entidade Beneficiada | Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição) | Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.) | Valor Anual Transferido |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| Total | | | |

Obs.: Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2017 por parte da entidade.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

| Recomendações atendidas | | | | |
|-------------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| Recomendações | Providência Sugerida | Setor Responsável | Providências adotadas | Resultados obtidos |
| | | | | |
| | | | | |

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

b) Recomendações pendentes:

| Recomendações não atendidas | | | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| Recomendações | Providência Sugerida | Setor Responsável | Providências adotadas | Resultados obtidos |
| | | | | |
| | | | | |

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Obs.: Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2017 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Obs.: Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2017 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de dezembro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores